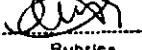


274

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	D. 11 / 05 / 2001
C	
Rubrica	



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 10480.014611/93-14

Acórdão : 203-06.993

Sessão : 06 de dezembro de 2000

Recurso : 107.200

Recorrente : SEBASTIÃO ALVES DE ANDRADE

Recorrida : DRJ em Recife - PE

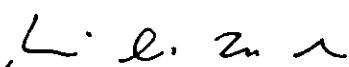
IPI – TÁXI - Contribuinte solicitou o parcelamento do débito. **Recurso não conhecido, por falta de objeto.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: SEBASTIÃO ALVES DE ANDRADE.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, por falta de objeto.**

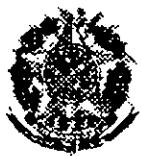
Sala das Sessões, em 06 de dezembro de 2000


 Otacílio Dantas Cartaxo
 Presidente


 Daniel Correa Homem de Carvalho
 Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Antonio Augusto Borges Torres, Francisco Maurício R. de Albuquerque Silva, Lina Maria Vieira, Renato Scalco Isquierdo, Mauro Wasilewski e Francisco de Sales Ribeiro de Queiroz (Suplente).

Eaal/ovrs



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

275

Processo : 10480.014611/93-14

Acórdão : 203-06.993

Recurso : 107.200

Recorrente : SEBASTIÃO ALVES DE ANDRADE

RELATÓRIO

Em 07.12.93, foi lavrado o Auto de Infração de fls. 01 a 04, pelos seguintes fatos, como consta no Termo de Encerramento de fls. 05:

a) o contribuinte adquiriu em 04.08.92, com os benefícios da Lei nº 8.199/91, o automóvel de aluguel (táxi) descrito na Nota Fiscal, série única, nº 033825, emitida por Caxangá Veículos Ltda.;

b) em 31.08.92, o veículo foi alienado sem autorização do Ministério da Fazenda nem o devido recolhimento do IPI, para o Sr. Iraquitan Rezende de Andrade, conforme comprova a procuração lavrada no cartório Juveline Lyra (fls. 05);

c) o novo adquirente não atende às condições para se beneficiar da isenção prevista na Lei nº 8.199/91; e

d) o artigo 23, VII do Regulamento do IPI, aprovado pelo Decreto nº 87.981/82 (RIPI/82), aponta como responsáveis aqueles que desatenderem as normas e requisitos a que estiver condicionada a suspensão ou isenção do imposto.

Irresignado, o contribuinte apresenta, tempestivamente, Impugnação às fls. 13, alegando em síntese, os seguintes fundamentos, que:

- repassou o veículo para o Sr. Iraquitan Rezende de Andrade, o qual por sua vez o repassou para uma senhora da qual sabe apenas o primeiro nome (Vanda), residente à Rua Joaquim Bandeira, 646, Ap. 01, Boa Viagem - PE;
- o Sr. Iraquitan Rezende de Andrade, também exerce regularmente a profissão de motorista de veículo de aluguel (táxi), sendo associado ao sindicato da categoria desde 08/05/89, sob o nº 19.149; e
- tendo recebido a notificação da Receita Federal, tentou sem êxito um acordo com a senhora razão pela qual submete o problema à consideração da Receita Federal.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 10480.014611/93-14

Acórdão : 203-06.993

A DRJ em Recife - PE solicitou à DRF em Recife - PE, em 27.10.94, que esclarecesse se o Sr. Iraquitan Rezende de Andrade adquiriu o veículo com a isenção prevista na Lei nº 8.199/91, juntando para tanto toda a documentação necessária. Assim, foi expedida intimação ao Sr. Iraquitan, que em resposta, anexou aos autos às fls. 29 uma Declaração emitida em 30/10/96, na qual afirma que não usufruiu do benefício de isenção na compra de veículo de aluguel (táxi), concedido pela Lei nº 8.199/91.

Na decisão de primeira instância – DRJ/Recife nº 266/97 a autoridade julgou procedente a ação fiscal, pois a alienação de veículo adquirido com o benefício da isenção do IPI previsto na Lei nº 8.199/91, antes de decorrido o prazo de três anos, sem a prévia autorização da Receita Federal sujeita o beneficiário ao pagamento do produto anteriormente dispensado, com as penalidades e os acréscimos legais previstos na legislação.

Devidamente intimado da decisão, o contribuinte, tempestivamente, apresenta Recurso Voluntário (fls. 49/51), onde argumenta o seguinte, que:

- o veículo adquirido em 92, com direito à isenção, nunca foi vendido, negociado ou repassado, estando com o mesmo até a presente data;
- a procuração, instrumento alegado pela recorrida como prova de alienação não é documento hábil para comprovar a transferência da propriedade do veículo, até porque tal transferência não é comprovada com o registro no Detran do nome;
- o veículo nunca saiu do nome do contribuinte, nem da sua posse até a presente data; e
- falta, no caso em exame, o embasamento legal para a comprovação da infração à Lei nº 8.199/91, ou seja, a prova da transferência da propriedade.

Ademais, consta às fls. 58, informação da DRF em Recife - PE de que o contribuinte solicitou o parcelamento para o débito em questão em 29.07.97, e vem pagando regularmente as antecipações.

Assim sendo, os autos foram encaminhados a este Conselho para julgamento.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 10480.014611/93-14
Acórdão : 203-06.993

277

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR DANIEL CORREA HOMEM DE CARVALHO

O Recurso é tempestivo, dele tomo conhecimento.

Em sua peça recursal, alega o recorrente que nunca alienou o veículo modelo Chevette- DL, chassis 9BGTC114NNC141447, ano 1992. A fim de comprovar ser o proprietário do veículo, o recorrente anexou, fls. 52, o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos referente ao ano de 1996.

Contudo, às fls. 30, há certidão expedida, em 11.11.96, pela Secretaria de Infra-Estrutura e Serviços Públicos, onde consta que o veículo em comento, no período compreendido entre 10.10.91 e 29.10.92, pertencia ao Sr. Iraquitan Rezende de Andrade.

Segundo a Nota Fiscal nº 33825, emitida pela CAXANGÁ VEÍCULOS LTDA., em 04.08.92, o veículo foi alienado ao Recorrente, fls. 06/08.

Ainda, o débito, objeto destes autos, foi parcelado pelo recorrente, fls. 43/46.

Em face do parcelamento informado às fls. 58 não conheço do recurso, por falta de objeto.

É como voto.

Sala das Sessões, em 06 de dezembro de 2000

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'L. e. e. a.'.
DANIEL CORREA HOMEM DE CARVALHO